**Lançamento do Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030**

**Construindo um futuro melhor, com igualdade, inclusão e sustentabilidade**

**Niky Fabiancic**

**Coordenador Residente das Nações Unidas no Brasil**

Brasília

31 de julho de 2020

Bom dia, senhoras e senhores!

Gostaria inicialmente de dar boas-vindas a todas e todos a este evento. Cumprimento o deputado Nilto Tatto, presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS, e Alessandra Nilo, da Gestos, que representa aqui o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030.

Envio meus cumprimentos também às deputadas e aos deputados que participam deste evento e que ainda darão suas contribuições para esta importante discussão; e também às demais autoridades e participantes deste evento.

Senhoras e senhores,

Como sabemos, a Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi o plano elaborado pelos 193 países-membros das Nações Unidas para a construção de um mundo mais justo e sustentável, que não deixe ninguém para trás. Quando este plano foi acordado pelos países em 2015, com intensa liderança do Brasil, os países tinham consciência de que estavam discutindo os desafios mais urgentes enfrentados pela humanidade. Esses países aprovaram a Agenda 2030 com a certeza de que avançar no cumprimento dos 17 ODS era o caminho mais curto, justo e seguro para a superação desses desafios.

Cinco anos após sua aprovação, o senso de urgência da execução desse plano foi renovado pela gigantesca emergência sanitária que a pandemia de COVID-19 impôs ao mundo. Temas que já estavam expressos na Agenda 2030 em 2015, como o acesso à água e a saneamento básico e a universalização dos serviços de saúde, se mostram imprescindíveis para a superação desta crise sem precedentes.

Assim, eu gostaria de ressaltar hoje a importância do diálogo e da colaboração entre os diferentes atores para que esses temas possam ser abordados com a rapidez necessária, e para que possamos unir esforços e, em última instância, salvar vidas.

O que o Relatório Luz que está sendo lançado hoje nos alerta é que não estamos avançando na implementação dos ODS na velocidade que precisamos. Isso não é uma novidade e nem é uma exclusividade do Brasil. No início do ano, o Secretário-Geral da ONU, senhor António Guterres, já havia feito um chamado para que esta fosse a Década de Ação, para que todo o mundo empreendesse mais esforços para tirar os ODS do papel. Foi um chamado à ação e também à união.

A pandemia nos mostra que essa união é imprescindível e que investir em saúde, educação, saneamento e na preservação do meio ambiente é estratégico. Parafraseando o Secretário-Geral, o mundo é tão forte quanto seu elo mais fraco. Com isto em mente, convido as senhoras e os senhores a uma reflexão sobre um tema que perpassa todos os ODS e que adquiriu novos contornos com a pandemia: o combate à desigualdade.

Entendemos que a pandemia alcançou o Brasil, assim como toda a América Latina, em uma situação desfavorável, e que a crise decorrente da pandemia agravou essa situação.

As desigualdades históricas são determinantes para a forma e a intensidade com que cada pessoa experimenta os efeitos da pandemia. As pessoas que já se encontravam em situação vulnerável foram mais duramente atingidas. Elas estão mais suscetíveis aos efeitos na saúde, já que têm menos condições de adotar as medidas de prevenção à doença, e muitas delas têm mais chance de desenvolver as formas graves da COVID-19. Ao mesmo tempo, são esses grupos vulneráveis que sofrem mais com os efeitos socioeconômicos da pandemia. Trabalhadores informais, mulheres, indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência são alguns dos grupos que que estão sentindo os piores efeitos da crise socioeconômica provocada pela pandemia.

E não estamos falando de qualquer crise socioeconômica, mas da crise mais grave em um século. A CEPAL vem fazendo análises constantes dos impactos da crise sobre a economia e as pessoas da América Latina e do Caribe. Esta semana, novos dados e projeções foram divulgados.

O PIB da região deve cair 9,1% este ano – e a queda do PIB brasileiro deve ser também de cerca de 9%. A pobreza deve chegar na região da América Latina e Caribe a mais de 37% da população, ou seja, 231 milhões de pessoas. 98 milhões de pessoas viverão em situação de pobreza extrema. O desemprego e a informalidade também devem aumentar, com o fechamento – e isto é muito grave – de 2,7 milhões de empresas. Com isso, 44 milhões de pessoas estarão sem emprego.

No Brasil, a pobreza deve chegar a 25% da população, ou cerca de 50 milhões de pessoas. Portanto, a desigualdade, que já era intensa, deve ser acirrada. E com mais desigualdade, a tendência é termos desafios maiores em todas as áreas do desenvolvimento, como saúde, educação, trabalho e renda, lacunas de gênero, segurança alimentar, meio ambiente e crescimento econômico. É importante levar em conta as peculiaridades de países de renda média, como o Brasil, para que a resposta a esses desafios seja moldada pelas reais necessidades da população.

Como destacado pelo Secretário-Geral, altos níveis de desigualdade são um empecilho para o desenvolvimento e estão associados a instabilidade econômica, corrupção, crises financeiras, aumento da criminalidade e condições de saúde ruins. Precisamos quebrar esse ciclo e, para isso, precisamos ter dados confiáveis e oportunos, como estes do Relatório Luz. Portanto desejo parabenizar a todas as organizações que fizeram um grande esforço para a preparação deste relatório. E destaco a relevância de seu conteúdo para as análises profundas da realidade nacional, assim como a a importância de sua continuidade. São cinco anos consecutivos de mensuração de avanços e retrocessos.

Gostaríamos de ver, no futuro, mais organizações da sociedade civil e entidades de governo engajadas na preparação de novos relatórios, para termos uma visão consensuada do que está acontecendo no país. Isso facilitaria a elaboração conjunta de respostas adequadas aos desafios existentes. Acreditamos que com dados precisos e vontade política é possível avançar na implementação de políticas públicas universais e distributivas, que não deixem ninguém para trás e que levem em conta as disparidades entre as diferentes regiões do país e entre os diferentes grupos sociais.

No nível regional, as Nações Unidas, por meio da CEPAL, propõem algumas recomendações para que os países consigam quebrar o ciclo de desigualdade. Eu cito algumas dessas recomendações:

* Programas de renda básica, que ajudarão inicialmente as famílias pobres a atravessar o período mais crítico da crise.
* Políticas sociais universais, de saúde e educação, por exemplo, que estejam ancoradas em reformas fiscais progressivas e distributivas, tanto nos impostos quanto nas despesas públicas. Políticas desse tipo provocarão mudanças estruturais duradouras capazes de levar a região a um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.
* A geração de emprego e renda deve ser uma prioridade, principalmente por meio do apoio a pequenas e médias empresas.
* O alinhamento de esforços pela redução da grande lacuna digital da região, como no acesso à Internet, que também favorecerá a redução de outras desigualdades e a geração de emprego e renda.

Essas quatro recomendações têm um aspecto em comum: políticas fiscais e monetárias expansivas, que mantenham um período mais longo de investimentos que não seja interrompido por regimes de austeridade. A recuperação econômica da região, com inclusão e sustentabilidade, depende desses investimentos. Então, pergunto às senhoras e aos senhores: essas recomendações regionais fazem sentido para o Brasil? Como podem ser adaptadas ao contexto brasileiro? Encorajamos o Congresso Nacional e a sociedade brasileira como um todo a se engajar nesta discussão para encontrar as soluções mais adequadas para que o Brasil construa um futuro melhor, com igualdade, inclusão e sustentabilidade.

Como já disse, o Relatório Luz sobre os ODS é uma importante contribuição para esse debate. A maioria das metas analisadas pelo relatório estão aquém do esperado, depois de cinco anos de implementação.

Este é um momento de muita dificuldade, mas também de grande esperança. Vemos todos os dias parceiros improváveis trabalhando juntos para superar os piores efeitos da pandemia. Precisamos aproveitar este momento para explorar como nossas ideias e ações podem transformar o futuro para melhor. Assim, devemos estar conscientes de que as ações que tomarmos agora afetarão nosso futuro imediato. Acho que não podemos fugir da nossa reponsabilidade de responder uma pergunta chave: Queremos que nossas ações futuras contribuam para diminuir ou para aumentar as desigualdades?

A ONU, por meio de suas agências, fundos e programas, está trabalhando junto com os países para que possamos, primeiro: superar a crise sanitária, ajudando a conter o vírus para que o custo em vidas humanos seja o menor possível; segundo: minimizar o impacto socioeconômico; e terceiro: promover a recuperação social e econômica por meio de um modelo de desenvolvimento diferente daquele que tínhamos pré-COVID-19. Efetivamente, é nossa grande oportunidade de promover um novo modelo de desenvolvimento que seja igualitário, inclusivo e sustentável. Devemos dar um grande impulso à sustentabilidade.

A interlocução entre os três poderes, entre os diferentes níveis de governo e entre as instituições públicas, a sociedade civil e o setor privado é crucial para a superação da crise de COVID-19 e para diminuir as grandes lacunas provocadas pela desigualdade. Enxergamos o Sistema Nações Unidas como um catalisador de diálogos e seguimos à disposição do Brasil para facilitar essa grande conversa. Estou seguro de que com todo seu potencial e criatividade, o Brasil será capaz não apenas de encontrar soluções inovadoras para seus desafios, como também de contribuir para que todo o mundo emerja desta crise melhor do que antes.

Nas palavras do Secretário-Geral, e abro aspas: “A COVID-19 é uma tragédia humana sem precedentes. Mas criou também uma oportunidade geracional. Uma oportunidade de reconstruir um mundo mais igualitário e sustentável”.

Não podemos perder esta oportunidade. Reconstruir um mundo melhor do que o que tínhamos antes é o mínimo que podemos fazer para honrar as milhões de pessoas que tiveram suas vidas permanentemente alteradas por esta crise.

Muito obrigado e um ótimo evento para todas e todos.